

PROCESSO - A. I. Nº 08561168/05
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - DECITE LIMA BRITO (VICTOR & VICTORIA)
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS
ORIGEM - INFAZ CRUZ DAS ALMAS
INTERNET - 12/03/2007

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0056-12/07

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. Representação proposta com base no art. 119, II e § 1º, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), tendo em vista que não se pode exigir novamente do autuado o valor do tributo, considerando que as mercadorias apreendidas foram por ele abandonadas em favor da Fazenda Estadual. A relação jurídica existente entre o Estado (sujeito ativo) e o depositário infiel tem natureza civil e não tributária, cabendo a propositura da competente ação de depósito. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A PGE/PROFIS representa e este Conselho de Fazenda, com fulcro no art. 119, II da Lei nº 9.56/81, a fim de que seja extinta a autuação ora versada.

Cuida o PAF da apreensão de mercadorias transitando em situação irregular, e depositadas em poder da transportadora, que, posteriormente intimada a entregá-las, ficou-se inerte.

A ilustre procuradora, Dra. Leila Ramalho, após tecer considerações sobre os dispositivos legislativos atinentes, conclui por afirmar que, uma vez abandonando as mercadorias apreendidas ao Fisco, a fim de que nelas este sacie o seu crédito, o contribuinte não pode ser novamente demandado quanto ao mesmo, em relação ao qual se desobrigou. Nessa hipótese, executar o contribuinte equivaleria a cobrar o imposto duas vezes, configurando o *bis in idem*. Prosseguindo, diz que ao decidir-se pela via da apreensão, o Ente Tributário renuncia automaticamente à cobrança judicial do autuado, pois estas são opções inconciliáveis. Quanto à situação do auto ora analisado, não é apenas insuscetível de execução, como também deve ser extinto, pois não seria lícito manter, em nome do autuado, débito tributário em relação ao qual este está inequivocadamente desobrigado. Concluindo, ressalta: *“saliente-se aqui, no entanto, que a ora sugerida extinção do Auto de Infração em nada obsta a propositura da ação de depósito contra depositária infiel, pois a relação que se instaura entre esta e o Fisco não tem natureza jurídico-tributária, constituindo-se em liame de índole notadamente civil”*. Assim, mesmo que extinto o Auto de Infração, o PAF não deve ser arquivado, ficando como prova das alegações a serem formuladas contra a depositária. Posteriormente, caso acolhida a presente Representação, deve o PAF ser remetido à PROIN, a fim de que, através de sua Representação no município em que está estabelecido o depositário infiel promova contra este a competente ação de depósito.

A Procuradora assistente acompanha o Parecer e o Procurador-Chefe expressa o seu “de acordo”.

VOTO

Em muito bem fundamentado Parecer a ilustre procuradora, Dra. Leila Ramalho, faz uma análise aprofundada dos aspectos jurídicos que envolvem o PAF, e, com fundamento nos arts. 948/958, afirma que o devedor está desobrigado da autuação, pois o Auto de Infração é insuscetível de

execução como também deve ser extinto, porque não seria lícito manter, em nome do autuado, débito tributário em relação ao qual está inequivocamente desobrigado, sujeitando-o indevidamente às restrições negociais e cadastrais decorrentes da existência de débito não quitado. Destaco ainda sua manifestação no sentido de que, tendo o Estado optado pela via da apreensão/depósito das mercadorias, subtraídas do autuado e entregue à guarda de terceiro estranho, não mais pode valer-se da execução do crédito, ainda que o depositário, devidamente intimado para apresentar os referidos bens, não o faça.

Por todas essas razões, e adotando integralmente os argumentos expendidos pela PGE/PROFIS, ACOLHO a Representação para declarar EXTINTO o Auto de Infração, devendo o mesmo ser remetido à Coordenação Judicial da PGE/PROFIS, para fins de propositura de ação de depósito contra o depositário infiel.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta. O processo deverá ser encaminhado ao setor judicial da Procuradoria Fiscal, para que seja ajuizada a respectiva ação de depósito.

Sala das Sessões do CONSEF, 07 de fevereiro de 2007.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

FAUZE MIDLE - RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO – REPR. PGE/PROFIS